

OS ESTUDANTES DO PCB NA UNIVERSIDADE DA BAHIA VISTOS PELAS LENTESS DA REPRESSÃO NO PÒS-1964

Murilo Fernandes¹

RESUMO

Este trabalho apresenta fragmentos da análise dos militares a respeito do setor estudantil que fazia parte do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e que atuava na Universidade da Bahia (UBa) antes e durante o golpe de 1964.² Nossa intenção é identificar e posteriormente compreender, como o estudantado era visto pelos militares e quais as estratégias de resistência os indiciados adotaram. Como fonte primária foi utilizado o processo BNM 393, que contém cerca de 2.500 páginas do Inquérito policial militar (IPM) aberto para investigar a “subversão” no meio estudantil baiano. Essa documentação encontra-se no arquivo Edgard Leuenroth na Unicamp. Os IPMs, segundo Brito (2006, p. 11), foram institucionalizados em abril de 1964 pelo governo Castelo Branco para a repressão política e enquadraram sindicalistas, camponeses, intelectuais, membros de partidos, organizações de esquerda e estudantes. Dentre os documentos que constam no processo, um em especial foi escolhido como base de auxílio ou fonte principal de diálogo para pesquisa: trata-se de uma investigação realizada pelos militares nos primeiros meses após o golpe de 1964, onde constam várias informações relacionadas às organizações que participaram do “movimento subversivo na Bahia”, ou foram os “mentores da subversão”³, segundo os militares. Essa documentação (doc. 5219-5234), produzida pela 6ª região militar e composta por 16 folhas, é uma análise superficial feita pelos militares para apurar as atividades dos movimentos de esquerda na Bahia. Além dessa documentação, faremos referências a outros documentos para ilustrar as questões centrais da pesquisa. De acordo com Weschler, graças à audácia de um grupo de advogados em Brasília que trabalhavam pelos presos políticos com a ajuda do Conselho Mundial de Igrejas⁴, que aproveitaram brechas jurídicas no contexto da anistia de 1979, temos acesso aos documentos. “Os advogados podiam retirar as pastas dos processos por períodos de 24 horas (...). Não demorou para [o ministro presbiteriano] Wright e seus amigos perceberem que podiam fotocopiar uma amostra” (Weschler, 1990, p. 23), e assim foi feito. Segundo o autor, 100% dos documentos de 707 processos judiciais foram duplicados clandestinamente, enviados ao exterior e sendo produzido um livro com o material.

Palavras – chave: representação, resistência, movimento estudantil.

Os Processos criminais e o crime político

Para entender as regras de andamento dos processos criminais, consultamos a obra de Keila Grinberg (2009, p. 122) que deixa claro, que “o direito penal define os atos proibidos, ou crimes, aos quais são atribuídos penas ou castigos. O direito processual penal,

por

sua vez, regulamenta o modo como um crime é investigado (...)”. Os processos ocorrem e originam-se na justiça comum, a partir de uma queixa (pode ser feita por um delegado ou subdelegado, inspetor, promotor, ou pela vítima) que é apurada por um inquérito policial. Verificado a existência do crime é instaurado o sumário de culpa, posteriormente ocorre o auto de corpo e delito, é investigado o envolvimento do acusado, e as pessoas envolvidas são interrogadas. O término do sumário ocorre quando a autoridade já tem informações suficientes; caso não existam o caso é encerrado ou se o juiz municipal não aceitar o caso também é encerrado. Existindo provas contra o acusado acontece o julgamento. O primeiro júri ocorre quando o juiz de direito encaminha o caso na seguinte ordem: “*libelo* crime acusatório redigido pelo promotor público, *contrariedade do libelo* crime acusatório feito pelo advogado do réu, novo *parecer* do juiz de direito.” (Ibidem, p. 122). Se o juiz se der por satisfeito encaminha para o segundo júri, composto por pessoas da localidade (depende do crime), se não for convocado o 2º júri o juiz pode encerrar o caso ou pedir mais provas, ou o advogado ou o promotor podem recorrer.

Seguindo as orientações de Grinberg, procuramos também entender melhor do que trata a documentação, “qual é a sua lógica de constituição, bem como as regras que lhe são próprias” (GRINBERG, 2009, p. 121). Partindo desse pressuposto, buscamos compreender o que era considerado crime político no período estudado.

No início do golpe, segundo Gusson, a Lei de Segurança Nacional que vigorava era a Lei 1.802 de 5 de janeiro de 1953, tendo como função processar os crimes contra o Estado. A Lei 1.802/53 era responsável por cuidar da ordem política e social, composta por 48 artigos descrevendo todos os crimes. Destacamos os artigos 2º, 3º e 4º;

Art. 2º tentar;

I – submeter o território da Nação, ou parte dele, á soberania de Estado estrangeiro;

II – desmembrar, por meio de movimento armado ou tumultos planejados, o território nacional desde que para impedi-lo seja necessário proceder à operação de guerra;

III – mudar a ordem política ou social estabelecida na Constituição, mediante ajuda ou subsídio de Estado estrangeiro ou de organização estrangeira ou de caráter internacional;

IV – submeter, por meios violentos, a ordem política e social, com fim de estabelecer ditadura de classe social, de grupo ou de indivíduo;

Art. 3º Promover insurreição armada contra os poderes do Estado.

Art. 4º praticar:

I – atos destinados a provocar a guerra civil se esta sobrevém em virtude deles;

II – devastação, saque, incêndio, depredação, desordem de modo a causar danos materiais ou a suscitar terror, com o fim de atentar contra a segurança do Estado (lei 1.802/53) (GUSSON, 2008, p. 79).

Acreditamos desta forma que seja coerente entender o funcionamento da justiça militar da época, para assim proceder com uma análise de qualidade, visto que, muitos estudantes foram processados e presos de acordo com a Lei de Segurança Nacional. Muitos dos nossos personagens foram enquadrados em pelo menos um desses artigos, o que não é demonstrado de forma clara pelas fontes, e uma das funções do historiador é observar as informações contidas nas entrelinhas, por isso, acreditamos na importância de conhecer o que era considerado crime, na época, contra o Estado.

É impossível fazer uma análise das fontes judiciais sem refletir sobre as atividades e crenças dos agentes da justiça, como assinala Grinberg (2009, p.126). Para trabalhar com processos criminais é preciso entender que os documentos estudados são de produção jurídica, sendo assim, se trata da construção de uma “verdade” a partir de conceitos reproduzidos no meio jurídico-militar, amparados pela legislação.

Organismo e Organizações da “subversão”

Podemos observar que a repressão empreendeu uma vasta investigação contra os movimentos de esquerda na Bahia, como já sabemos, catalogando e identificando possíveis organismos e organizações. Temos o Organismo Oficial, que era uma complexa distribuição de agentes contrários ao regime militar, se dividindo entre três ministérios; Ministério da Educação, que atuava com as entidades estudantis, Centros Populares de Cultura, e o Método de alfabetização Paulo Freire; o Ministério da Agricultura agia na criação de ligas camponesas por intermédio da Superintendência de Política Agrária (SUPRA); e o Ministério do Trabalho tendo os sindicatos como principais entidades. O Comando Nacionalista (CN), a Ação popular (AP), a Frente de Mobilização Popular (FMP), Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), Movimento Feminino Nacionalista (MFN), Grupo dos Onze Companheiros, Frentes e Pactos (FP), Pacto de Unidade e Ação (PUA), e Comando Geral de Trabalhadores (CGT), faziam parte das Organizações Esquerdistas. As Organizações do Clero trabalhavam junto à Ação Católica (AC), que supervisionava a Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Agrária Católica (JAC), e a Juventude Universitária Católica (JUC).

Dentre estas Organizações citadas, vamos nos concentrar nas chamadas pelos militares de Leninistas. Fazia parte dessa Organização, de acordo com a documentação, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que mantinha ligação com a Política Operária (POLOP), Partido Comunista da União Soviética (PCUS), e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Encontramos também informações mais detalhadas, nos documentos produzidos pelos militares, sobre o organismo do PCB no Estado da Bahia, sua divisão “hierárquica” tanto em escalões; direção, órgãos intermediários, e bases do partido, como em comissões, órgãos, secretariado, círculo, e comitês.

Ao longo da pesquisa foi possível evidenciar uma investigação detalhada empreendida pelos militares a fim de apurar a atuação das organizações de base da Universidade da Bahia, demonstrando o quanto a repressão se infiltrou no meio Universitário em busca de combater os estudantes de ideologia política comunista. De fato existia uma perseguição generalizada aos estudantes, ou como cita Poerner quando fala sobre o contexto do Movimento Estudantil a partir de 1964, ser estudante equivalia a ser “subversivo” (POERNER, 1995, p.203). Na investigação podemos constatar um grande numero de indiciados nos primeiros dias de abril de 1964. Inicialmente 38 estudantes e professores, dos quais 21 detidos nos diversos quartéis de Salvador. A partir do dia 15 de maio mais 10 estudantes indiciados e detidos, e no dia 03 de junho 01 estudante. Os estudantes estavam na faixa etária de 20 a 29 anos, todos de classe media, foi levado em conta a formação dos seus pais. Desses estudantes, nove foram processados sendo pedida a prisão preventiva dos mesmos.

A UNE, UEB, e o PCB

Segundo os militares, a União Nacional dos Estudantes (UNE) que dirigia as Uniões Estaduais, os Diretórios ou Centros Acadêmicos, vinha se desenvolvendo seguindo a linha ideológica do Partido Comunista, e os estudantes estariam levando ao povo mensagens de politização e de união de forças populares. Se o PCB executou uma educação política no meio acadêmico baiano, não podemos afirmar, e seria tema para outra pesquisa, mas podemos afirmar baseado nas leituras de obras que tratam do ME de modo mais amplo, que houve sim uma simpatia pelas ideologias de esquerda por parte dos universitários.

A década de 60, no Brasil, foi um período marcado por uma gradual aproximação dos estudantes com ideologias (...) de esquerda, sobretudo após o Golpe Militar de 1964, quando as entidades estudantis (...) passaram a ser dirigidas (...) por estudantes vinculados (...) a tais organizações. (BENEVIDES *apud* MARTINS FILHO, 2009, p. 115)

Comícios, passeatas, congressos e seminários eram as principais estratégias de educação política utilizada pelos “estudantes profissionais”⁶, segundo os militares. De acordo com a documentação produzida pela 6ª região militar, à ação de repúdio e de agitação na área do ensino baiano, foi desencadeada com a participação da União dos Estudantes da Bahia (UEB), que sob a “bandeira do falso nacionalismo aproveitou-se da crise política em que se engolfava o país”⁷. Assumindo a liderança de vários movimentos de agitação de massas, segundo os militares, os estudantes membros do PCB protagonizaram a invasão do salão nobre da reitoria da Universidade da Bahia em 1964⁸.

Imaginário difundido

Os temas estudantis passaram para temas políticos quando o Movimento Estudantil

foi atraído por projetos de outros grupos de pressão política. Segundo a repressão, os comunistas aproveitavam os “arroubos juvenis” para ministrarem seus planos de tomada do poder e agregar o maior número de jovens universitários, podemos observar essa preocupação em um trecho dos documentos analisados: “no Brasil [...], a juventude, os dirigentes do amanhã, tem sido o alvo mais carinhosamente visado [pelos comunistas] [...] As características do jovem são estudadas e exploradas psicologicamente.”⁵

Essa última citação pode ser sugestiva da maneira pela qual os militares viam os estudantes. Para a repressão, a juventude universitária seria um alvo fácil e vulnerável à “infiltração comunista”. Existiriam então, cabeças pensantes do partido dentro da Universidade e fora dela que manobravam este pessoal. Se os estudantes baianos eram vistos pela repressão como vítimas, os comunistas eram vistos como verdadeiros “monstros vermelhos”.

Uma parcela da Igreja Católica também teve participação importante na construção e divulgação desse imaginário repressivo baiano, Segundo Ferreira (2003, p.6), essa instituição reafirmava a ameaça comunista no discurso de massa, taxando os militantes de comunistas ateus, ou seja, apenas o uso da palavra ateu atingia uma parcela grande da sociedade baiana que era moralista e cristã e que passava a aderir e reproduzir esse imaginário. De acordo com Santana apud Motta (2009, p.18), o comunismo tinha como objetivo, nessas representações, a destruição da democracia, pondo um fim aos pilares da sociedade cristã, Deus, Pátria e Família. Brito ressalta bem essa representação;

Pensamento dominante entre setores militares desde a revolta comunista de 35, o anticomunismo era um dos aspectos centrais da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) que marcou a atuação dos militares, constituiu-se enquanto ideologia e se reproduziu enquanto discurso influenciando a imprensa e setores civis da sociedade brasileira (BRITO, 2003, p.26).

Suposta resistência

Uma das várias formas utilizadas pela repressão para desestruturar os planos políticos dos estudantes era a infiltração de militares no meio universitário, com o propósito de levantar informações pertinentes à repressão. Mas existiam também aqueles que, por convicção própria, atuavam contra o “credo comunista”. Encontramos na documentação, supostamente um interrogatório de um aluno do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Exército (CPOR), que também era membro da Juventude Universitária Católica, e vice-presidente da UEB em 1962. Perguntado sobre sua participação nas reivindicações estudantis o mesmo respondeu que:

Como integrante da JUC [...] tenho mantido frequentes contactos com os componentes dos diversos sindicatos, procurando [...] congregá-los para controlar o maior numero possível de diretórios e sindicatos, a fim de desorganizarmos o trabalho dos comunistas, que os dominam. (Doc.382)

Podemos supor analisando esse trecho, que a intenção de combater os comunistas não partia somente do alto escalão militar, é o caso desse estudante que segundo depoimento, atuava na desestruturação das entidades de ideologia comunista sem autorização da repressão “oficial”. Em sua declaração ele reproduz muito do discurso anticomunista. Visto de outra perspectiva, pode se questionar a declaração e perguntar: em que medida o argumento não foi um blefe para se livrar da repressão.

Temos um caso de um estudante, que era presidente do Diretório acadêmico do curso de odontologia da UBa, que perguntado em interrogatório qual era a sua posição política-ideológica, responde que é progressista e a favor das reformas universitárias, dentro das liberdades democráticas cristãs. O militar que cuida do interrogatório diz que o mesmo indiciado declara ser da esquerda independente nas folhas vinte e sete e vinte e oito do livro de atas de seu Diretório, da sessão do dia 22/10/1963. Perguntado pelo inquiridor sobre essa declaração, responde que deve ter havido um lapso do colega que escreveu a ata.

Observando a documentação, esbarramos em muitos casos parecidos de controvérsias em interrogatórios, pode ser discutido a parti dai quais as estratégias de resistência foram mais usadas pelos indiciados, e se foram usadas, para protegerem seus companheiros e no caso a sua própria liberdade. Uma das supostas formas de resistência observadas nos documentos são as varias declarações onde às respostas se coincidem ao se tentar caracterizar a opinião dos estudantes quanto á ideologia politica, conceituação de esquerda, e reformas. Nós perguntamos se as respostas dos estudantes de fato eram verdadeiras, ou se houve uma orientação coletiva para tais declarações.

Conclusão

Nas linhas anteriores, nosso objetivo foi apresentar tópicos sobre como a repressão viu a organização, ou seja, a ação do PCB na UBa e quais foram as principais formas de resistência adotada pelos estudantes. Os militares estudaram a maneira como os comunistas se organizavam, tanto em seu macro como em seu micro, dentro e fora da universidade, e quais eram seus planos de ação na proliferação da ideologia comunista tão combatida pelos golpistas entre os estudantes da universidade da Bahia. Além desse estudo empreendido, podemos observar a reprodução de um imaginário difundido no meio militar, que alimentou uma ideologia anticomunista que vinha sendo construída desde a década de 30 no Brasil.

Sobre as formas de resistência por parte dos estudantes, surgiu a seguinte duvida, e que merece uma pesquisa mais aprofundada, se as respostas dadas aos inúmeros interrogatórios foram verdadeiras ou se tratou de uma orientação vinda de alguma organização do ME da UBa. A documentação utilizada é bem sugestiva quando se trata do discurso anticomunista e da criação de imagens negativas e depreciativas da ação dos comunistas no meio estudantil. Acreditamos que só depois de uma análise mais detalhada,

conseguiremos melhores resultados, e a partir desses resultados fechar lacunas presentes na historiografia sobre o período estudado.

Notas

¹ Murilo Fernandes é Graduando em História-licenciatura pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

²Após ser federalizada, a UBA passou a se chamar Universidade Federal da Bahia (UFBA) (BRITO, 2008, p.11).

³ Trecho da investigação encontrada no documento de N°. 5219

⁴ Ver Weschler (1990, p.23)

⁵ doc.23

⁶ Termo usado pelos militares para definir os estudantes filiados ao PCB

⁷ Doc. 3

⁸Como de costume, a universidade iniciava seu ano letivo com uma aula inaugural, a conhecida aula magna. O salão estava lotado. Segundo Brito (2008, p.54), o Diretor da Faculdade de Filosofia, tentava propor ao presidente do DCE, que o mesmo teria direito a palavra, entre cinco a dez minutos, o que não foi aceito pelo mesmo alegando lugar de fala institucional garantida pelo estatuto da Universidade. O clima já estava tenso com o barulho provocado por manifestantes de direita afim de atrapalhar o ME da universidade. O presidente do DCE recebe a fala, e diz “Os líderes estudantis não podem ir contra as manifestações populares”, o suficiente para enfurecer o filho do reitor, que partiu para agredi-lo e proferido as seguintes palavras: “Seu tenentinho de merda”. Nesse momento o assistente militar do governador, que se fazia presente, fica ofendido e saca um revólver, apontando para o agressor. Nessa confusão o Pres. do DCE é retirado de cena, e o Governador consegue acalmar os ânimos e encerra a reunião. O Pres. Do DCE é processado.

Fontes Primarias

(Projeto BNM 393)

Doc. 03

Doc. 23

Doc. 382

Doc. 5219 -5234

Bibliografia

BENEVIDES, Silvio César Oliveira. Aventuras estudantis em tempos de opressão e fuzis. In: *Ditadura Militar na Bahia: Novos Olhares, Novos Objetivos, Novos Horizontes*. 1ª Edição. Salvador:EDUFBA, 2009, p. 115- 126.

BRITO, Antonio Mauricio Brito. *Capítulos de uma História do Movimento Estudantil na UFBA (1964-1969)*. Salvador. Apresentada como dissertação de mestrado em História Social na Faculdade de Filosofia e ciências Humanas da UFBA. 2003.

BRITO, Antonio Mauricio Freitas. QUANDO A MILITANCIA VIRA CASO DE JUSTIÇA. *Caminhos da História*. Montes Claros: Editora Unimontes, Vol. 11, nº1, p.11, 2006.

FERREIRA, Muniz Gonçalves. O golpe de Estado de 1964 na Bahia. 2003. Disponível em Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_bahia_02.pdf>.

GRINBERG, Keila. A História nos porões dos arquivos judiciários. In: *O historiador e suas fontes*. 1ª Edição. São Paulo: Contexto, 2009, p. 119- 137.

GUSSON, Claudia Maria. *Movimento Estudantil e Repressão Judicial: o regime militar e a criminalização dos estudantes brasileiros (1964-1979)*. São Paulo. Apresentada como dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 2008.

POERNER, Artur José. *O Poder Jovem: História da participação política dos estudantes brasileiros*. 4ª edição. São Paulo: CMJ, 1995, p.205.

SANTANA, Ediane Lopes. Campanha de desestabilização de Jango: as ‘donas’ saem às ruas! In: *Ditadura Militar na Bahia: Novos Olhares, Novos Objetivos, Novos Horizontes*. 1ª Edição. Salvador:EDUFBA, 2009, p. 13-29.

WESCHLER, Lawrence. *Um milagre, um universo: o acerto de contas com os torturadores*. Tradução Tomás Rosa Bueno. 1ª Edição. São Paulo, 1990, pp. 15-85.